

HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DA ÉPOCA MODERNA

Margarida Sobral Neto

mneto@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Texto recebido em/Text submitted on: 16/04/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 20/06/2017

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da investigação histórica sobre História Moderna de Portugal (sécs-XVI a XIX) produzidos desde a década de setenta do século XX até aos finais deste século. Trata-se de um período marcado pela atualização da agenda historiografia portuguesa com a internacional. As teses de doutoramento elaboradas neste período (a principal fonte deste texto) cobrem uma grande variedade de temas, focando-se em áreas desde a história económica e social bem à nova história institucional e política, e representam um vasto corpo de conhecimento que contribuiu para o alargamento, e aprofundamento, do campo historiográfico da época moderna.

Palavras chave: Historiografia, Portugal, Época Moderna,

Abstract

The aim of this paper is to provide a overall view of the results of historical recherche concerning Early-Modern Portuguese History (fifteenth to eighteenth centuries). It is a period marked by the updating of the portuguese historiography agenda with the international one. The PhD dissertations (the main source of this text) cover a wide variety of themes focusing on areas such as economic, social, cultural and new institutional and political history and represents a large body of knowledge that has contributed to the enhancement of the historiographical field of early modern age.

Key words: Historiography, Portugal, Early Modern Age

Introdução

A investigação e a construção históricas referentes à época moderna, constituem um campo de acentuada inovação epistemológica, teórica e metodológica ao longo de todo o século XX, de forma particular entre as décadas de trinta e oitenta (LE GOFF, 1978).

A historiografia portuguesa, devido a condicionalismos de natureza ideológica, só viria a percorrer os caminhos da *Nova História* a partir da década de setenta do século passado: o tempo do regime político autoritário, denominado de Estado Novo, foi marcado por um grande controlo da investigação e do ensino da história praticados em meios universitários. Devido a esta circunstância, foram sobretudo os historiadores estrangeiros que escolheram

como objeto de pesquisa temas da história portuguesa – Albert Silbert, Frédéric Mauro, Charles Boxer – e historiadores portugueses que, por motivos políticos, fizeram parte das suas carreiras universitárias no estrangeiro – Vitorino Magalhães Godinho, José Gentil da Silva, Joaquim Barradas de Carvalho – os principais responsáveis pela sintonia da historiografia portuguesa com a europeia.

Ainda que muito condicionados na escolha das temáticas para estudos de maior fôlego, caso das teses de doutoramento, alguns historiadores conseguiram inovar, tanto em estudos de sua autoria como na orientação de trabalhos académicos de estudantes, caso de: Luís Albuquerque, no campo da história da Expansão Portuguesa, Virgínia Rau, Borges de Macedo, Armando de Castro, António de Oliveira e Luís Ferrand de Almeida na área da história económica e social, José Sebastião da Silva Dias no domínio da história da cultura e das ideias. Por sua vez, fora dos meios universitários, mais libertos do controlo ideológico do regime, praticou-se alguma abertura historiográfica, bem patente, por exemplo nas obras de Jaime Cortesão, relativas ao estudo da Expansão Portuguesa, e em algumas monografias elaboradas por eruditos locais.

O não confinamento dos historiadores portugueses às tradicionais áreas da história política e institucional tradicional está igualmente patente no *Dicionário de História de Portugal* (1965-1971), obra dirigida por Joel Serrão na qual foi possível verter, em textos muito sintéticos, conhecimentos provenientes de diversos campos da história (da história económica à cultural).

A “Revolução dos Cravos” (1974) inaugurou, no entanto, um novo tempo historiográfico: a investigação histórica, liberta dos constrangimentos de natureza política, e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros das Universidades já existentes, bem como de outras então criadas, lançou-se à aventura da descoberta de novos “territórios”. Deste entusiástico movimento resultou uma produção muito diversificada, constituída fundamentalmente por teses de doutoramento que abriram diversos campos temáticos, como se atesta no *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa* (1995) obra que regista a produção historiográfica referente aos anos de 1974 a 1994.

Da década de setenta do século passado até à atualidade, os historiadores portugueses modernistas, bem como os historiadores estrangeiros que se têm dedicado à investigação na área da história da época moderna portuguesa, têm acompanhado as principais tendências historiográficas mundiais. Ousamos nas páginas seguintes apresentar um pequeno contributo para uma síntese sobre os estudos referentes à época moderna portuguesa elaborados,

sobretudo, nas últimas três décadas do século passado, um tempo que consideramos fundador dos novos rumos da História Portuguesa.

1 – As estruturas e as dinâmicas económicas e sociais.

A histórica económica e social foi um dos primeiros campos onde se operou a renovação historiográfica em França, país onde nasceu, e se projetou para o mundo, a revista *Annales de histoire économique et sociale* criada, em 1929, pelo medievalista Marc Bloch e pelo modernista Lucien Febvre. Até à década de 70 produziram-se, igualmente em França, obras que viriam a ter um grande impacto nas historiografias de diversos países, caso das publicadas por Labrousse, Braudel ou Pierre Goubert. Estes e outros historiadores franceses inovaram no campo das fontes e da metodologia, sobretudo através da utilização de fontes seriais e das metodologias quantitativa e comparativa, produzindo estudos em que identificaram fenómenos estruturais e dinâmicas conjunturais em escalas geográficas que não se confinaram à dimensão nacional. Esta organização e reorganização da agenda historiográfica francesa realizou-se num contexto de diálogo interdisciplinar entre a história e as ciências sociais, em particular a geografia, a sociologia e a economia.

A receção da “escola francesa” em Portugal deve muito a Vitorino Magalhães Godinho. Por motivos de natureza política, este historiador português acompanhou em Paris, desde os anos cinquenta, a fecunda atividade da VI secção da *École Pratique des Hautes Études* dirigida inicialmente por Lucien Febvre e depois por Fernand Braudel. A sua integração nos meios académicos parisienses afere-se pela sua participação na missão francesa que lecionou em S. Paulo em 1954.

Fazendo um balanço do conhecimento relativo à História de Portugal, de forma particular ao século XVI, escreveu, VMG no prefácio da tese de doutoramento apresentada à Sorbonne, em 1958, que intitulou *Os descobrimentos e a economia mundial*:

E quanto às instituições políticas, à vida agrária, ao regime senhorial, à indústria, às classes sociais (ou mesmo às ordens ou estados), à evolução demográfica, aos mercados, não existem trabalhos com o mínimo desenvolvimento desejável. A rota do Cabo ainda não encontrou o seu Clarence Haring, os preços em Lisboa e noutras praças continuam à espera do seu Earl J. Hamilton, o oceano Índico ou o Atlântico português o seu Fernand Braudel, as ciências, as técnicas, as crenças, a sensibilidade reclamam o seu Lucien Febvre e o seu Marcel Bataillon (GODINHO, 1984: 7).

Magalhães Godinho alterou, de forma radical, a concepção e as práticas historiográficas em vários campos, em particular no estudo do fenómeno da Expansão Portuguesa, área de particular controle ideológico pelo regime autoritário do Estado Novo; para além de o inserir no contexto económico português e mundial, explicou a sua génese e desenvolvimento invocando condicionalismos de natureza técnica, social e cultural como se pode comprovar através da leitura do seu estudo *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (1963-1971).

Coube-lhe ainda elaborar os primeiros estudos de história económica segundo as inovadoras metodologias de Hamilton e Labrousse: neste campo foi pioneiro no estudo da evolução dos preços articulando-os com as emissões monetárias e as crises económicas, de que resultou a obra *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850* (1955). Por sua vez, a relação existente entre a economia do império e a do reino foi objeto do estudo no artigo *As frotas do açúcar e as frotas do ouro* (1968) no qual demonstrou a relação existente entre os efémeros surtos de desenvolvimento industrial e as crises económicas comerciais.

Com os seus mestres franceses, VMG reforçou a consciência da necessidade do diálogo entre as ciências sociais humanas, perspetiva teórica e metodológica que esteve na base da criação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas cujo projeto ajudou a conceber e onde lecionou fazendo uma notável escola.

Em suma, Vitorino Magalhães Godinho é o historiador de referência da historiografia portuguesa da época moderna: na sua obra é de relevar o carácter pioneiro da pesquisa; a solidez teórica e metodológica; a constante preocupação de compreender a vida económica cruzada com as “ferramentas” culturais e mentais de cada época; a inserção da realidade portuguesa no contexto da história global; o apontar de caminhos para a investigação histórica portuguesa.

Duas das suas maiores obras foram, entretanto, a criação da *Revista de História Económica e Social* (1978) e a *Associação de História Económica e Social*, fundada em 1980, que mantém um notável dinamismo e impacto a nível nacional e internacional.

Em 1971, VMG publicou o livro *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, um ensaio inspirador sobre História de Portugal em que procurava perspetivar os seus problemas, que identificava como estruturais, na longa duração. No prólogo da 2.^a edição, saída em 1975, um tempo em que se desenhavam vários rumos para o nosso país não sustentados num conhecimento profundo da sua longa história advertia:

Não faz sentido aplicar indiscriminadamente esquemas interpretativos e paradigmas de acção, sem estarmos certos de que entre as sociedades para que foram elaborados e aquelas a que se pretende aplica-los há efectiva analogia

estrutural e paralelismo conjuntural. Nada resolveremos copiando servilmente modelos alheios, mas não basta proclamarmos a busca de uma via própria continuando, consciente ou inconscientemente, a limitarmo-nos à imitação. Se queremos traçar rumos e encontrar a inserção eficaz dos nossos esforços, temos que nos debruçar, sim, com atenção perscrutante sobre a realidade em que mergulha a nossa vida e donde emergem os nossos problemas; há que procurar vê-la no âmago naquilo que lhe é próprio tanto quanto naquilo que a aproxima de outros complexos histórico-geográficos (GODINHO, 1975: 11).

Com olhos postos no Futuro, o historiador-cidadão, que considerava a História uma “forma de pensar os problemas do nosso tempo”, propunha que a realidade histórica fosse estudada nas suas diversas facetas, em tempo longo e numa dimensão comparativa. Tratava-se de um vasto programa de investigação que era necessário realizar em Portugal, à semelhança do que já fora feito em outros países europeus.

2. Em busca de uma história total e de tempo longo: os estudos à escala regional e local

As correntes mais inovadoras da historiografia europeia, até à década de setenta do século XX, substituíram o estudo do individual pelo do coletivo e o protagonismo das figuras e dos acontecimentos políticos pela apreensão dos fenómenos económicos, sociais e culturais/mentais. Procuraram ainda a identificação das linhas estruturantes do processo histórico, articulando estruturas com dinâmicas conjunturais.

No plano metodológico há que destacar a utilização de núcleos massivos de fontes seriais (registos paroquiais, notariais, fiscais ou de preços, salários e de cobrança de tributos) e a definição de uma metodologia quantitativa adequada ao tratamento dos dados extraídos dessas fontes; cruzaram-se indicadores (preços e produção, preços e óbitos); praticou-se o método comparativo e procuraram-se comportamentos diferenciais. Tendo sempre como meta a construção de uma “história total”, construiu-se um conhecimento, estatisticamente alicerçado, nas áreas da história económica, da demografia histórica, da história social e das mentalidades.

Num tempo de defesa da interdisciplinaridade, os historiadores inspiraram-se em modelos teóricos e metodológicos provenientes da geografia, da economia, da sociologia e da demografia. Por sua vez, a estatística e a informática constituíram-se como instrumentos indispensáveis para a metodologia histórica possibilitando o tratamento de grandes volumes de dados.

O estudo articulado das diversas componentes do processo histórico com vista à construção da ambicionada história total, implicava, entretanto, a redução da escala espacial de análise. Com este objetivo, e na sequência das monografias regionais elaboradas por geógrafos, historiadores ingleses e franceses dedicaram-se à realização de estudos locais e regionais, que se reportaram sobretudo a períodos anteriores ao século XIX, tempo em que a integração nacional dos territórios era, em muitos casos, muito imperfeita.

Historiador pioneiro na realização de uma história à escala regional, ainda que transnacional, Fernand Braudel elaborou um estudo notável, sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Filipe II* (1949). Esta obra é um marco maior na historiografia do século XX, por ser aquela que mais se aproximou da “utopia” da construção da história total. De destacar ainda o facto de o autor, privilegiando embora a análise dos fenómenos de longa duração, ter demonstrado que o processo histórico se desenrola em múltiplos ritmos ou tempos, sendo marcado por avanços e recuos, circunstância que viria a provocar uma alteração profunda do conceito linear e progressivo de tempo tão caro à ciência histórica tradicional.

A história à escala local e regional marca, igualmente, a historiografia portuguesa desde os anos setenta, salientando-se como uma das principais áreas de inovação teórica e metodológica. A obra fundadora nesta área foi elaborada por Albert Silbert. Este historiador francês foi aconselhado por Fernand Braudel a escolher as regiões da Beira Baixa e Alentejo para realizar um estudo que intitulou *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée* (1963). Neste livro Silbert descreveu paisagens, produções agrícolas e sistemas de cultivo, analisou o regime jurídico de exploração da terra, centrando-se no problema do significado social do “colectivismo agrário alentejano”. O autor, que tinha como referências teóricas e metodológicas as obras de Marc Bloch, evidenciou uma constante preocupação em comparar as paisagens agrárias e os sistemas de cultivo portugueses com os de outros espaços europeus, africanos e americanos. Nesta inovadora obra, Albert Silbert formulou perguntas e abriu caminhos que seriam percorridos pela historiografia portuguesa somente a partir da década de setenta do séc. XX.

Outra área de investigação histórica que implicou uma redução da escala espacial de análise foi a da demografia histórica. Na década de sessenta as dissertações de licenciatura, trabalhos de final de curso, funcionaram como um espaço de inovação no contexto universitário português: nelas foi possível desbravar novos territórios e experimentar novas metodologias. Uma das áreas estruturantes da investigação histórica no século XX foi a

demografia histórica. A esta área se dedicaram, na Europa, várias equipas de investigação que trabalharam com metodologias definidas pelas escolas francesa e inglesa.

Com base numa metodologia de recolha e tratamento de dados colhidos em registos paroquiais e em listas nominativas (como róis de confessados), quantificaram-se efetivos populacionais, estudaram-se comportamentos demográficos (natalidade, nupcialidade, mortalidade), apuraram-se taxas de fecundidade; analisaram-se os movimentos da população em articulação com os meios de subsistência e as flutuações económicas; reconstituíram-se famílias e definiram-se tipologias de grupos domésticos.

A compreensão dos comportamentos demográficos conduziu o historiador à história das mentalidades, área onde o quantitativo (ao terceiro nível) se combinou com o qualitativo. Com inspiração teórica e metodológica na obra de Michel Vovelle, Ana Cristina Araújo elaborou uma investigação pioneira, em Portugal, da qual resultou a obra *A morte em Lisboa. Atitudes e representações* (1998).

Os estudos de população, aparentemente inócuos do ponto de vista ideológico, foram introduzidos, na década de sessenta nas Faculdades de Letras de Coimbra, Lisboa e Porto dando origem a muitos estudos de freguesias urbanas e rurais, em grande parte inéditos (MOTA, 1997).

Ao mesmo tempo que orientava, em Coimbra, estudos inovadores de alunos nas áreas da história da população e da economia, António de Oliveira, inspirado pela monografia de Pierre Goubert *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (1960), tentava “reconstituir” *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* (1971/2).

A temática escolhida era ao tempo em que foi concebido o projeto de investigação tendente à elaboração da tese de doutoramento muito inovadora e ousada no panorama da investigação histórica das universidades portuguesas. Referindo-se à historiografia conimbricense anterior escrevia o jovem modernista:

Dominando a vida conimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores. A prioridade historiográfica coube, naturalmente, com exceção, mais notória, das recentes publicações de documentos sobre Artes e Ofícios do senhor Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, às figuras, doutrinas ou institutos que por si mesmo se salientavam. Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse tornava-se necessário o trabalho quotidiano de muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por ele nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros (OLIVEIRA, 1971: 1).

A cidade foi estudada em interação com o vasto território rural que dominava, estabelecendo-se articulações com outros territórios com os quais a urbe interagiu. Como obra modelar dos novos rumos da história local e regional, ultrapassando assim a “história particular das localidades”, a compreensão do local foi feita no contexto do nacional, com as limitações decorrentes da inexistência ao tempo de obras similares para outras regiões do país que permitissem estudos comparativos.

Construída com base numa vasta documentação, e apoiada numa sólida metodologia (que combina o aparato crítico da história erudita com as novas metodologias da história social), *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* foi, e continua a ser, uma referência na história urbana da época moderna.

Denotando uma forte influência da historiografia francesa e sob a orientação de Vitorino Magalhães Godinho elaboraram-se, nos anos oitenta, duas inovadoras monografias regionais.

Joaquim Romero de Magalhães escolheu como tema da sua dissertação de licenciatura, uma das elaboradas nos anos sessenta, a economia algarvia no século XVI. Para tese de doutoramento optou pelo mesmo espaço geográfico e pelo mesmo tema para o período que decorre entre 1600 e 1773. No *Algarve Económico* (1994), o professor da Faculdade de Economia de Coimbra não se restringiu, no entanto, ao estudo da realidade económica (agricultura, pecuária, pesca e “indústrias”) estabelecendo uma contínua interação entre economia, sociedade e instituições: como governos municipais, estruturas eclesiásticas e Inquisição.

Entre os trabalhos pioneiros do historiador francês Le Roy Ladurie, destacam-se os estudos da estrutura e das flutuações conjunturais da produção agrícola tendo como principais indicadores os montantes em dízimos cobrados pelas casas senhoriais. Aurélio de Oliveira (1979) iniciou estes estudos em Portugal, escolhendo como espaço de análise o domínio territorial do senhorio da Abadia beneditina de Tibães. Os montantes de dízimos cobrados por rendeiros desta instituição, deflacionados com os preços, permitiram ao autor reconstituir a evolução da produção agrícola em diversas unidades de renda situadas na região de Entre Douro e Minho. Graças à preservação de um rico núcleo documental referente à gestão da Abadia de Tibães, o estudo apresenta ainda a estrutura do funcionamento da casa senhorial, bem como as suas bases materiais de sustentação.

Um dos grandes problemas que se colocava aos historiadores modernistas do século passado era o da compreensão do lento crescimento económico das sociedades pré-industriais. Uma resposta a este questão, para o caso português, foi dada por Rui Santos, em *Celeiro de*

Portugal Algum Dia. Crescimento e crises agrárias na região de Évora - 1595-1850 (1995). Esta tese, orientada por Magalhães Godinho e David Justino, situa-se fundamentalmente no registo da história económica, estudando a dinâmica do sector agrícola através de diversos indicadores económicos (preços, rendas) cruzados com o movimento demográfico.

Os estudos atrás referidos, para além de outros, evidenciaram alguns traços estruturais da sociedade portuguesa da época moderna e algumas dinâmicas conjunturais que, por vezes, se expressaram através da eclosão de movimentos sociais.

Os que primeiro atraíram a atenção dos historiadores foram os antifiscais que eclodiram em diversos pontos do país na fase final da dominação filipina, criando o ambiente favorável à Restauração da Independência em 1640 (Oliveira, 2002).

Constituindo a agricultura a principal fonte de subsistência, riqueza, poder e prestígio social, em volta da terra gerou-se uma intensa conflitualidade expressa em motins e revoltas. Uma síntese sobre os que se desenrolaram, em todo o país, nas décadas finais do Antigo Regime e nos inícios da época liberal, encontra-se nas obras de José Manuel Tengarrinha (1994), tendo realizado outros autores estudos parcelares de incidência temporal ou espacial menos abrangente, caso da tese de doutoramento de minha autoria, *Terra e Conflito. Região de Coimbra – 1700-1834* (1997)

O objeto inicial definido para pesquisa era o estudo da problemática do regime de propriedade e de exploração agrícola no contexto do regime senhorial. Numa primeira fase, a análise incidiu nos instrumentos jurídicos utilizados pelos senhores para materializarem o seu domínio sobre o espaço (forais, contratos agrários e tombos), títulos que definiam igualmente a relação entre senhores e enfiteutas. A leitura de obras de juristas e pensadores da economia que se debruçavam sobre problemas do mundo rural, já na fase de desestruturação do regime senhorial, bem como as petições enviadas às Cortes liberais, denunciavam a existência de alguma desordem num sistema que aparentemente mostrava uma grande rigidez normativa. Este facto levou-me a estudar a documentação judicial e outra produzida no contexto de um forte movimento de contestação anti-senhorial. Esta linha de pesquisa acabou por definir um dos temas centrais da investigação, a conflitualidade no mundo rural, em especial os movimentos que se geraram em torno da defesa da propriedade comunitária, que se mobilizaram contra o peso da renda senhorial agravado pelas arbitrariedades de cobradores de rendas e outros poderosos locais (caso dos capitães de Ordenanças), ou os que expressaram conflitos entre poderes, nomeadamente o senhorial e o concelhio.

Os movimentos sociais constituem uma expressão do povo descontente oprimido, e por vezes instrumentalizado, por múltiplos poderes formais e informais.

Nas sociedades de Antigo Regime a história social “incrusta-se” (Polanyi) na história económica que, por sua vez, se articula com a história dos poderes, campo de investigação que, em Portugal, se renovou profundamente a partir dos anos setenta do século passado.

3. Os múltiplos poderes e instituições.

Conotada com as práticas positivistas mais resistentes à mudança, a historiografia de cariz político foi subalternizada pelas correntes mais inovadoras da historiografia, até à década de sessenta. Por sua vez, outros autores com formação na área da história do direito, demonstravam que a história política e institucional tradicional trabalhava com conceitos – estado, absolutismo, centralização – cuja carga semântica se adaptava à compreensão da realidade oitocentista e novecentista, não sendo contudo operatória para períodos anteriores.

Neste contexto, considerar o estado absolutista como um mito, caso de Henshall (1992), passou a fazer parte do discurso de muitos historiadores que, entretanto, procuraram outras linguagens mais adequadas para interpretar o universo político, ou mais precisamente, o universo da cultura política, das sociedades de Antigo Regime.

Por sua vez, numa época (década de setenta) em que a Antropologia pontuava no seio das ciências sociais, registou-se uma atração pelos seus conceitos e modos de decifrar as sociedades, integrando alguns historiadores no seu vocabulário leituras antropológicas do passado, o que, em alguns casos, significou olhar a época moderna na sua alteridade, isto é como “outra”, diversa das épocas medieval e contemporânea. Um dos principais desafios residia, de facto, na necessidade de conferir uma identidade própria, uma espessura temporal específica, a uma época que se representava, em termos de organização política, como um período *entre* os tempos medievais e contemporâneos, um tempo de decomposição do feudalismo e de transição para a modernidade liberal.

Ao mesmo tempo, o olhar dos historiadores da história política e das Instituições foi-se deslocando de uma conceção centralista do poder para uma outra policêntrica, conceção de um poder socialmente repartido por diversos grupos e instituições que o exerciam em conflito mas também em cooperação.

De notar, entretanto, que, nos anos setenta, o conhecimento sobre a época moderna europeia era já substancial, fundamentalmente nas áreas da história económica e social, graças à pesquisa de historiadores de referência do séc. XX: Labrousse, Braudel, Goubert, Le Roy Ladurie, Mousnier, Meuvret, Peter Laslet, Thompson, Hobsbawm, para citar apenas alguns. Devido a esta circunstância, quando se retomaram os estudos de história política, ou das instituições, já se dispunha de muita evidência empírica e de conhecimento teórico sobre a

organização da sociedade moderna, nos seus aspectos económicos, sociais, culturais e mentais.

A renovação da historiografia portuguesa no que se refere às concepções e práticas do poder foi protagonizada, em Portugal, por António Hespanha, historiador particularmente vocacionado para o estudo destas temáticas devido aos seus profundos conhecimentos de história do direito bem como das fontes jurídicas. São testemunho da renovação da história institucional operada por este autor diversas obras, de forma particular, a sua tese de doutoramento, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII* (1994). Neste livro sistematizou as estruturas político-administrativas da administração local, central e periférica da coroa evidenciando a distribuição do poder político pelos diversos corpos sociais (grupos sociais, senhorios e concelhos). De destacar ainda a demonstração da existência de uma pluralidade de ordens jurídicas formais e informais, destacando-se, neste campo, as não letradas, designadas como “rústicas”, disciplinadoras do quotidiano das populações rurais.

Um dos principais fatores diferenciadores dos sistemas políticos é a cultura que os sustenta e condiciona. Reis Torgal no estudo *Ideologia política e teoria do estado na Restauração* (1982) e António de Oliveira no livro *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)* (1991) aportaram valiosos contributos para o conhecimento das formas de resistência ao domínio filipino bem como dos discursos legitimadores da independência de Portugal.

Obras incontornáveis e marcantes na área da história dos poderes, e sobre as suas dimensões reais e simbólicas, são igualmente as elaboradas por Pedro Cardim, *As Cortes e cultura política no Portugal do Antigo regime* (1993) e por Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios* (1994)

As novas abordagens sobre a “arquitetura” dos poderes inspiraram uma nova história das instituições. No seu estudo sobre o império marítimo português (1969) Charles Boxer considerava as câmaras e as misericórdias como “pilares gémeos da sociedade colonial, do Maranhão a Macau”. O estudo destas instituições, que foram transpostas do reino para o Império, não integrava nos anos sessenta a agenda historiográfica portuguesa, devido a vários fatores, entre eles os de natureza política.

Com efeito, o Estado Novo esvaziou o poder local concelhio de muitas das suas competências quebrando uma tradição de autonomia do poder concelhio, ainda que já enfraquecida pelo processo de construção do estado oitocentista. A revolução democrática de 1974 iniciou um caminho de descentralização do poder marcado pelo reforço das

competências dos poderes mais próximos das populações, os dos municípios e das freguesias, mas também os das misericórdias na sua dimensão social. Este processo tem sido acompanhado pela produção de muitos estudos históricos com incidência na época medieval (o tempo fundador do poder local) e na época moderna (o tempo da sua consolidação). Constituindo-se como um dos poderes mais sentidos pelas populações, os governos municipais produziram abundante documentação que, nos casos em que foi preservada, tem permitido a realização de vários estudos. Romero Magalhães, Viriato Capela, Francisco Ribeiro da Silva, Sérgio Soares, Luís Vidigal e Damião Rodrigues são os historiadores pioneiros na investigação em história do municipalismo moderno.

Estes investigadores, e outros que se lhe seguiram, têm analisado as estruturas da governança concelhio (composição das vereações, funcionários e suas competências); património e finanças; competências dos municípios (próprias e delegadas do poder central); o papel dos municípios na gestão e ordenamento da vida das comunidades; a relação entre poder central, funcionários periféricos da coroa e poder local; a composição social das vereações, nomeadamente os processos de formação e reprodução das oligarquias camarárias.

Os estudos prosopográficos sobre o perfil social das governanças concelhias evidenciaram uma circulação de elites entre câmaras municipais e misericórdias, bem como a cooperação entre estas duas instituições em vários campos, nomeadamente a da proteção e controlo social.

A multiplicidade de facetas da vida das Misericórdias tem sido captado em óticas económicas (património, rendimentos, concessão de crédito), sociais (estratégias de promoção social e sociabilidade, assistência a pobres, doentes, marginalizados, crianças abandonadas), religiosas (expressas através das missas e legados pios consignados em testamentos). Desta profícua área de investigação têm resultado várias monografias sobre misericórdias, como as realizadas por Maria Antónia Lopes (2000) sobre Coimbra e Laurinda Abreu sobre Setúbal (1999).

A vida económica, social, política e cultural portuguesa da Época Moderna desenvolveu-se no quadro de muitas outras instituições cujo estudo, na maior parte dos casos monográfico, dada a vastíssima documentação que é necessário compulsar, tem esclarecido a arquitetura da sociedade portuguesa de Antigo Regime.

A maior parte dos municípios portugueses nasceu na Idade Média tendo como principal objetivo povoar o território e enquadrar institucionalmente as comunidades. Na mesma época, os monarcas portugueses delegaram direitos de soberania, e doaram territórios, a casas eclesíásticas e nobres recompensando-as por serviços prestados ao reino (nomeadamente de

cariz militar). A cartografia senhorial, de origem medieva, reforçar-se-ia na época moderna, reorganizando-se em função dos interesses da coroa em recompensar ou punir desempenhos. Apesar das doações régias serem revogáveis, característica do regime senhorial português, a ação da coroa sempre foi condicionada por uma concepção jurisdicionalista do poder que a obrigava a respeitar direitos adquiridos, só passíveis de serem extintos em casos de acusações muito graves, caso de atentados (tentados ou inventados) contra a pessoa do rei ou de deslealdades à pátria. A comunhão de interesses entre monarca e nobreza, nomeadamente com os Grandes que viviam na corte, viria a gerar uma aristocracia obediente e coadjuvante do poder régio através do exercício de cargos no reino e no império.

Para além de rendimentos provenientes de desempenhos dessas funções, ou de mercês régias, as grandes casas sustentavam-se, política e economicamente, dos senhorios jurisdicionais e/ou territoriais que detinham no reino. O conhecimento disponível sobre património, poderes e privilégios senhoriais é já muito expressivo. Destacam-se, neste campo, o estudo pioneiro elaborado por Mafalda Cunha Soares (2000) sobre as práticas senhoriais e as redes clientelares da Casa de Bragança, a maior casa senhorial ligada à corte, e a visão de conjunto sobre poderes e rendimentos da aristocracia portuguesa, já na fase do seu “crepúsculo”, apresentada por Nuno Monteiro (1998).

Para além dos senhorios nobres e eclesiásticos, existiam os das Ordens Militares. Estas instituições disponibilizavam recursos financeiros e institucionais que permitiam à coroa recompensar serviços, promovendo igualmente a mobilidade ou consolidação de estatutos, através da concessão de hábitos ou comendas no âmbito do fenómeno denominado “economia das mercês). Fernanda Olival esclareceu os mecanismos destas complexas organizações na obra que intitulou *Para uma análise sociológica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime: 1581-1621* (1998).

A História de Portugal na época moderna é, igualmente, indissociável da história da Universidade de Coimbra, instituição que, para além de ocupar um lugar central na rede de ensino existente no Reino, ilhas atlânticas e no Brasil, constituiu o lugar onde se graduavam os principais quadros do Estado e se formaram e promoveram as elites que desempenharam funções na área do ensino, da saúde, da justiça e da Igreja. O estudo da academia coimbrã sintonizou-se com os novos rumos da historiografia europeia com a obra de Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra. 1700-1771. Estudo social e económico* (1995). Da complexa vida da universidade setecentista, o autor seleccionou duas perspectivas de análise: a da instituição de ensino que tinha como principal objetivo e a de casa senhorial, na sua dimensão de instância de suporte económico.

O estudo inicia-se com uma análise dos estudantes: deste importante grupo são apresentados os quantitativos e a sua evolução, a proveniência geográfica e origem social, os percursos académicos e os aspectos essenciais da sua vida quotidiana. Aos professores competia o desempenho da principal função de uma instituição universitária: ensinar e graduar. Do grupo docente é analisada a estruturação da carreira e o sistema remuneratório. O estudo termina com uma análise detalhada do financiamento da Universidade. Neste contexto, são apresentadas as suas fontes de receita (rendas, juros, propinas) e a máquina administrativa que processava a gestão dos seus recursos.

Outra poderosa instituição que marcou, a vários níveis, a história portuguesa da época moderna (prolongando-se os seus efeitos talvez até à atualidade) foi a Inquisição. Criado em 1536 para combater as heresias, nomeadamente as atribuídas aos cristãos-novos, este tribunal eclesiástico exerceu a sua função repressiva e disciplinadora das formas de pensar e de agir de todos os que foram apanhados na sua apertada rede até à Revolução liberal. O vastíssimo núcleo produzida por esta instituição, disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tem sido objeto de pesquisas sobre múltiplos temas. Entre os estudos produzidos com base nesta documentação citamos os de Borges Coelho sobre o tribunal da Inquisição de Évora, de Elvira Mea sobre o de Coimbra e ainda o estudo comparado sobre a *História das Inquisições de Portugal, Espanha e Itália* realizado por Francisco Bettencourt (1994). Um excelente estado da arte sobre o conhecimento referente ao “tribunal da fé” instituição encontra-se na obra de síntese elaborada por Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821* (2013).

No plano político-cultural, destacamos duas instituições: a Academia Real da História e a Academia Real das Ciências. A primeira foi estudada por Isabel Mota, *A Academia Real da História: a história e os historiadores na primeira metade do séc. XVIII* (2001). Quanto à segunda, são numerosos os trabalhos que evidenciam o seu papel em diversas áreas, nomeadamente o esforço desenvolvido no sentido de conhecer os recursos do país e de promover a sua modernização. José Luís Cardoso em *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)* (1989) dá-nos a conhecer as reflexões dos académicos sobre o “atraso” do país ao mesmo tempo que apresentavam soluções para o ultrapassar.

4. Configurações da história social

Toda a história é história social, o conceito mais englobante para designar o campo da história, no dizer de Lucien Febvre. A palavra social, para além do seu significado amplo,

pode, no entanto, ser utilizada num sentido mais restrito para designar a organização da sociedade e os comportamentos dos diversos grupos que a constituem. Até à década de 70, os historiadores de história social focaram-se, sobretudo, no estudo dos seguintes temas: tipos de organização social (sociedades sem escrita, sociedade antiga, sociedade medieval, sociedade de Antigo Regime, sociedade burguesa); estruturação e composição dos grandes grupos sociais (clero, nobreza, povo, burguesia) e socioprofissionais (artesãos, operários, mercadores); critérios de hierarquização social e definição de “tipos ideais” (Max Weber).

Os caminhos da metodologia histórica no campo da história social passaram, a partir dos anos 80, em Portugal como em outros países, sobretudo pela prosopografia ou biografia coletiva, método que permite identificar características comuns a um grupo social ou socioprofissional, apreender as suas dinâmicas internas (nomeadamente as questões da mobilidade social) e os relacionamentos com outros grupos ou indivíduos.

É neste registo que se situam os estudos de Nuno Monteiro sobre nobreza portuguesa, de Mafalda Soares da Cunha sobre redes clientelares da casa de Bragança; de Jorge Pedreira sobre homens de negócio, e de Fernanda Olival sobre ordens militares. Idêntica metodologia foi utilizada pelos historiadores que se têm dedicado ao estudo das oligarquias concelhias.

Os estudos prosopográficos podem articular-se com as análises de redes sociais, metodologia que permite representar “o campo social” como uma “estrutura em rede” constituída por um conjunto de pontos e de linhas. Os pontos representam os indivíduos, as linhas as interações recíprocas. Vários investigadores encontraram na *network analysis* os meios de explicar o comportamento dos indivíduos não só através dos atributos das pessoas que integram a rede mas também através das conexões que elas estabelecem umas com as outras: caso por exemplo de relações familiares, económicas ou políticas.

Uma das correntes mais inovadoras da História, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, tem sido a micro-história, corrente difundida em vários países, a partir dos anos oitenta e que nasceu num país historiograficamente periférico: a Itália. A novidade desta corrente, ou correntes (atendendo à sua diversidade), reside na redução da escala de análise – temática ou espacial – para tentar captar comportamentos de “homens concretos”.

Do ponto de vista metodológico, esta forma de fazer história caracteriza-se por cruzar a informação proveniente do maior número possível de fontes no sentido de captar todos os traços e indícios do objeto em estudo. Há duas obras de referência neste campo. A primeira é de autoria de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, livro que desvenda o universo mental de um membro de uma “classe subalterna”, o moleiro Menochio, através da análise dos seus depoimentos registados num processo inquisitorial de que foi alvo no século XVI. A segunda

foi escrita por Giovani Lévi. Intitula-se a *Herança Imaterial* e “reconstitui” o quotidiano de uma comunidade italiana do século XVIII, Santena, desvendado, entre outras fontes, por um processo movido a um padre exorcista.

Em Portugal destacam-se, igualmente, dois estudos pioneiros e muito inovadores. Joaquim Ramos de Carvalho na sua tese de doutoramento, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime. Soure, 1680-1720. Reconstituições, interpretações e metodologias*, estuda as visitas pastorais cruzando as informações referentes a pessoas nelas sinalizadas com as disponíveis em outras fontes (registos paroquiais e notariais, processos de ordenação sacerdotal e diversa documentação de proveniência senhorial), metodologia que lhe permitiu reconstituir percursos e estratégias sociais, bem como apreender os valores partilhados numa comunidade de Antigo Regime.

Esta tese de doutoramento estrutura-se em duas partes. Na primeira, o autor faz a reconstituição dos perfis e estratégias sociais de algumas pessoas denunciadas nas visitas, integrando este estudo na rede de relações interpessoais e no contexto económico e social. Na segunda, apresenta com grande minúcia a metodologia utilizada, nomeadamente a construção e funcionamento da base de dados que permitiu o cruzamento de múltiplas informações referentes ao mesmo indivíduo, metodologia que utiliza a linguagem Kleio.

A metodologia da micro-história foi igualmente utilizada por José Pedro Paiva na sua tese de doutoramento que intitulou “Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)” (1998). Nesta obra, o autor constatando a partir de dados quantitativos que, em Portugal, não se verificou, nos séculos XVII e XVIII, uma repressão violenta a práticas e crenças mágicas, consideradas atos de bruxaria, como aconteceu noutros países da Europa, procurou compreender as razões desse fenómeno. O espaço escolhido para dar resposta ao problema é o território nacional, optando assim o autor por uma abordagem macroscópica do fenómeno em análise. Esta abordagem permite apreender a configuração dos grandes processos; dos homens concretos o historiador só se pode aproximar em abordagens microscópicas. A necessidade de conhecer o perfil social, bem como o contexto social e relacional de algumas mulheres acusadas de bruxaria, levaram o autor a elaborar um estudo sobre uma pequena comunidade, escolhendo para o efeito S. Martinho do Bispo, uma localidade da periferia de Coimbra. Graças ao cruzamento de múltipla informação nominal foi possível a José Pedro Paiva reconstituir histórias de vidas de mulheres acusadas de bruxaria encontrando assim os contextos sociais e as motivações de denunciante e denunciadas.

A metodologia da micro-história ao confrontar o geral com o particular permitiu dar sentido ao particular e substância ao geral. Possibilitou ainda apreender a diversidade de

expressões locais (de receções) de fenómenos considerados gerais e trouxe para o campo de análise histórica muitas pessoas e fenómenos até então ignorados, ou pouco estudados.

Uma expressão da “nova história social” que começou a afirmar-se na década de setenta do século passado foi *a história das mulheres* que constitui hoje um campo interdisciplinar de grande inovação teórica e metodológica com impactos muito significativos em outros campos historiográficos. Articulando-se com os movimentos feministas e de igualdade de género, o objetivo inicial desta área de pesquisa era conhecer a história de uma metade da humanidade durante muito tempo ignorada. Em Portugal, cabe o mérito ao Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra ter promovido, em 1985, o primeiro colóquio sobre história da mulher, intitulado *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas atuais*. No texto de apresentação deste evento científico escreveu António de Oliveira:

O historiador é filho do seu tempo e o tempo coevo “é de mutação e confronto ideológico”. A historiografia contemporânea não podia, por isso, manter-se à margem das reivindicações das mulheres, assumindo uma atitude de silêncio. Nem tão pouco podia deixar de atentar num dos resultados da nova história social, a qual já havia descoberto a mulher, mas não propriamente a condição feminina, pela via interdisciplinar de outras ciências humanas e sociais. Com efeito o estudo das minorias e dos esquecidos, dos marginais e dos excluídos, não podia deixar de dar voz à maioria da humanidade, a um tempo “muda e submissa”, através do estudo do quotidiano, das mentalidades, do microsocial (OLIVEIRA, 1986: 10).

Nos dois volumes de Atas deste Colóquio podemos ler estudos sobre diversos aspetos da história das mulheres desde a antiguidade ao século XX, bem como artigos de reflexão sobre problemas contemporâneos. A história das mulheres para além de ter revelado conhecimentos sobre a condição e a ação das mulheres na história, tem contribuído para o reequacionamento de várias abordagens tanto na ciência histórica como em outras ciências sociais.

Em jeito de conclusão

Em 1958 escrevia Vitorino Magalhães Godinho: “Se a historiografia portuguesa ignora as perspectivas mundiais, a historiografia estrangeira, por seu turno, está longe de ter descoberto Portugal sempre que o deveria fazer”. Se o conhecimento da História de Portugal por parte da historiografia mundial pode ainda ser limitado, não obstante os esforços de internacionalização desenvolvidos por historiadores portugueses e por historiadores

estrangeiros, sobretudo os que se têm dedicado ao estudo do império português, o mesmo não se aplica ao conhecimento da historiografia mundial por parte da historiografia portuguesa.

Repetindo o que atrás afirmei, a partir dos anos setenta a historiografia portuguesa, liberta dos constrangimentos de natureza política e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros das Universidades, atualizou a sua agenda de pesquisa histórica sintonizando-se sobretudo com a francesa, a inglesa, a espanhola, a italiana e a norte americana. Por sua vez, o olhar dos historiadores portugueses sobre a História desenrolada no espaço do reino tem beneficiado com os estudos elaborados sobre os território do império, os elaborados por historiadores portugueses e por historiadores estrangeiros, em particular por brasileiros, africanos e indianos.

A aproximação ao conhecimento sobre a História de Portugal na época moderna, atrás apresentada tem como principal fonte as teses de doutoramento que podem ser consideradas obras fundadoras, sobretudo nos campos da história económica, da história social e da história dos poderes e das instituições. Os frutos da investigação dos historiadores portugueses encontram-se ainda na multiplicidade de artigos publicados em revistas universitárias portuguesas de que destaco as seguintes: *Revista portuguesa de História*, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, *Revista de História das Ideias*, *Ler História*, *Penélope*, *Análise Social* ou *Revista de História Económica e Social*, bem como em muitos periódicos estrangeiros.

O grande avanço e multifacetado no conhecimento sobre a História de Portugal foi vertido nas várias Histórias de Portugal, publicadas na década de noventa bem como em algumas obras temáticas, por alguns dos protagonistas da abertura do campo historiográfico português bem como da sua sintonização com novas metodologias e abordagens teóricas.

Das Histórias de Portugal destacamos as seguintes:

História de Portugal (conhecida como do Círculo de Leitores) com coordenação geral de José Matoso e direção dos volumes referentes à época moderna, a cargo de Joaquim Romero Magalhães (vol. III, 1993) e António Hespanha (vol. IV, 1993); *Nova História de Portugal* coordenada por Joel Serrão e António Henriques de Oliveira Marques, com volumes referentes à época moderna dirigidos por João Alves Dias (vol. V, 1998) e Avelino de Freitas Meneses (vol. VII, 2001).

No que diz respeito a sínteses temáticas, o Círculo de Leitores, editora com grande implantação no mercado, publicou as seguintes obras:

História dos municípios e do poder local, dirigida por César de Oliveira (1997); *História da Expansão Portuguesa*, coordenada por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri

(1998-1999); *História Religiosa de Portugal* (2000/2) e *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (2000/2), com direção de Carlos Azevedo Moreira.

Por sua vez, Luís Reis Torgal, José M. Amado Mendes e Fernando Catroga elaboraram uma importante síntese sobre a *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX* (1996).

Como já atrás escrevi, as correntes mais inovadoras da historiografia europeia, até à década de setenta do século XX, substituíram o individual pelo coletivo e o estudo dos acontecimentos políticos pelos fenómenos económicos, sociais, mentais e culturais. Procuraram ainda a identificação das linhas estruturantes do processo histórico, articulando estruturas com dinâmicas conjunturais. Esta afirmação, sintetiza a meu ver, as linhas orientadoras da historiografia portuguesa elaborada nas últimas três décadas do século XX da qual resultou o saber vertido nas obras de síntese atrás citadas.

Obras de síntese que revelaram o estado da arte do conhecimento sobre História Moderna de Portugal, apontando caminhos já trilhados e outros a percorrer, sobretudo numa dimensão de história comparada que permitirá um aprofundamento da problematização e da elaboração teórica e metodológica.

Referências bibliográficas

1. Análise historiográfica

AMORIM, Norberta: *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.

CARVALHO, Joaquim: "Micro-Historical Perspectives on Moral Choices: Case Studies from Early Modern Portugal". In: [e-JPH](#), Vol. 2 number 2, Winter 2004.

CURTO, Diogo Ramada. *As múltiplas faces da História*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio III: Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1971

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa, INCM, 2013.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques (dir.). *La Nouvelle Histoire*, Paris: Retz – C.E.P.L., 1978.

MATOS, Artur Teodoro de; THOMAZ, Luís Filipe Reis (dir.). *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa 1972-1992*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

MATOS, Sérgio Campos. *História. Mitologia. Imaginário Nacional. História no Curso dos Liceus, 1895-1939*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MOTA, Guilhermina. Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População. In: *População e Sociedade*, 3, Porto, 1997.

NETO, Margarida Sobral. A Violência em Portugal na Idade Moderna: olhares historiográficos e perspectivas de análise. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 37 (2005), pp. 9–27.

NETO, Margarida Sobral. Historiografia Rural Portuguesa, In: *Studia Historica, Historia moderna*, Salamanca, n.º 29 (2007), pp. 251-275.

NETO, Margarida Sobral. “A história uma ciência em mudança: novos e velhos temas na investigação historiográfica”. *Revista Portuguesa da História*. Coimbra: 39 (2007), pp. 255-271.

NETO, Margarida Sobral. Percursos da História Local Portuguesa: *Monografias e representações de identidades locais*. In: João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (coord.). *Memória e História Local*. Coimbra: Palimage, 2010.

NETO, Margarida Sobral. *Problemática do Saber Histórico*. 2ª. Ed. Coimbra: Palimage, 2016.

NETO, Margarida Sobral. Revista Portuguesa de História. In: *Dicionário dos Historiadores Portugueses*. Lisboa: Biblioteca nacional. Disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/periodicos/periodicos_rev_port_historia.htm.

NETO, Margarida Sobral. A História do Brasil na historiografia de Luís Ferrand de Almeida. In *Revista Virtual Outros Tempos*, vol. 14, nº 23 (2017), pp. 144-157.

NUNES, João Paulo Avelãs. *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974): ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

OLIVEIRA, António. Apresentação In: *Colóquio A mulher na sociedade portuguesa: Visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Faculdade de Letras/Instituto de História Económica e Social, 1986, vol. I.

OLIVEIRA, António. Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências. In: *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), pp. 11-60.

SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime Português. In *Penélope*, 22, 2000, pp. 119-140.

TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José M. Amado, CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

TORGAL, Luís Reis – *História. Que história?*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. Instituto Camões/Faculdade de Letras de Coimbra, 1995.

XAVIER, Ângela Barreto, *Tendências na história da expansão portuguesa*. In *Penélope*, 22, 2000, pp. 141- 179.

2. Estudos monográficos.

ABREU, Laurinda. *Memórias da alma e do corpo. A misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.

AMORIM, Inês. *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814)*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996.

AMORIM, Norberta. *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*. Lisboa: INIC, 1987.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- CAPELA, José Viriato. *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Braga: Universidade do Minho, 1995.
- CARDIM, Pedro. *As Cortes e cultura política no Portugal do Antigo regime*. Lisboa: Edições Cosmo, 1993.
- CARDOSO, António Barros. *Baco e Hermes. O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: GHEVID, 2003, 2 vol.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARVALHO, Joaquim Ramos. *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997.
- COELHO, Borges. *A Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, 1987.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- CURTO, Diogo Ramada. *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- FONSECA, Fernando Taveira. *A Universidade de Coimbra (1700-1771)*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris : Armand Colin, 1955.
- HESPANHA, António. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal-séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- LAINS, Pedro e Silva, Álvaro Ferreira (org.). *História Económica de Portugal. 1700-2000. O Século XVIII (vol. I)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LOPES, Maria Antónia: *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra: 1750-1850*.Viseu: Palimage Editores, 2000, 2 vol.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes e relações sociais*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1999.
- MEA, Elvira – *A inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fac. Letras, 1989.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

- NETO, Margarida Sobral: *Terra e Conflito. Região de Coimbra – 1700-1834*. Viseu, Palimage, 1997.
- OLIVAL, Fernanda. *Para uma análise sociológica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime: 1581-1621*, Lisboa, FLUL, 1988.
- OLIVEIRA, António de. *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971/2, 2 vol.
- OLIVEIRA, António de. *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 2002.
- OLIVEIRA, Aurélio: *A Abadia de Tibães, 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícola no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. 2 vols, Porto, 1979.
- PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas (1600-1774)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
- RIBEIRO, Ana Isabel: *Estruturas, redes e dinâmicas sociais: a comunidade de Eiras nos finais do século XVIII*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2005.
- RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII. Casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, 2 vol.
- SÁ, Isabel dos Guimarães e – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, JNICT, 1995.
- SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*, 1ª edição, 4 volumes, 1965-1971.
- SERRÃO, Joel, MARQUES, Oliveira. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, Vol. V (1998), Vol. VII (2001).
- SERRÃO, José Vicente. *Os Campos da Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000.
- SILBERT, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX Siècle. Contribution à l'Histoire Agraire Comparée*. 2ª edição. INIC: Lisboa, 1978.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986.
- SOARES, Sérgio. *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e Poderosos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2001-2004, 3 vol.
- TENGARRINHA, José M. *Movimentos Populares Agrários em Portugal, vol. I (1751-1807), vol. II (1808-1825)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.